



COLETÂNEA
EDUCAÇÃO POPULAR
E ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

povos originários e tradicionais

Francisco Nonato
José Nunes

CADERNO PEDAGÓGICO

**povos
originários
e tradicionais**

MXM Gráfica e Editora

Av. Chico Science, 301, CEP 53320-105

Bultrins – Olinda (PE)

Telefax: (81) 2138-0800

Cel: (81)99161-6437 / (81) 99640-8935



ATRIBUIÇÃO
NÃO-COMERCIAL
COMPARTILHA IGUAL

COLETÂNEA
EDUCAÇÃO POPULAR
E ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

**povos
originários
e tradicionais**

Recife, 2018

Francisco Nonato
José Nunes

**CENTRO DE FORMAÇÃO E APOIO À ASSESSORIA
TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
NORDESTE – CFES/NE**

**EQUIPE DE COORDENAÇÃO E GESTÃO
ADMINISTRATIVA**

José Nunes da Silva (coordenador institucional), Alzira Josefa de Siqueira Medeiros e Mônica Vilaça da Silva (coordenação pedagógica), Edivaldo Felix de Almeida Cavalcanti (gestão administrativa)

EQUIPE EDITORIAL

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, Ana Dubeux, José Nunes da Silva, Mônica Vilaça da Silva

**AUTORES DO TEXTO *ECONOMIA SOLIDÁRIA
E OS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS***

Francisco Nonato | É educador popular no Conselho Pastoral dos Pescadores – Regional Ceará e militante do Movimento Negro. Integra o Grupo de Estudos Lélia Gonzalez: Educação, Relações Étnico-Raciais e Epistemologias do Sul/ Universidade Estadual do Ceará (UECE) e também o Núcleo de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do Ceará. É graduando do curso de ciências sociais da UECE

José Nunes | É doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor-adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) e coordenador institucional do Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária – Nordeste (CFES-NE)

REVISÃO

Mariana Pires Santos

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Thiago Liberdade

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Eduardo Souza e Gabriela Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife – PE, Brasil

N812p Nonato, Francisco.

Povos originários e tradicionais / Francisco Nonato, José Nunes. – 1. ed. – Recife: MXM Gráfica e Editora, 2018.

88 p. – (Coletânea educação popular e economia solidária no Nordeste)

Inclui referências.

ISBN 978-85-65501-57-6

1. Educação popular 2. Economia solidária 3. Povos originários 4. Povos tradicionais

I. Nunes, José II. Título

- 7** **Apresentação**
- 13** **As primeiras letras em memória dos nossos ancestrais, das suas lutas, das suas existências em nós**
- 21** **Um movimento de giro territorial**
- 26** **O nosso percurso metodológico**
- 31** **Povos originários e tradicionais trançando a fala e dançando a resistência no chão do nordeste: desconstruindo a colonialidade do ser e do saber rumo ao bem viver**
- 41** **As veredas: o caminho alternativo de povos originários e tradicionais contra o racismo colonial**
- 46** **Partilhando a vida e construindo a territorialidade**
- 51** **Povo Kambiwá: é do fundo do quintal que se reinicia o cuidado com a casa comum**
- 56** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** **Devastação da caatinga e extinção de espécies frutíferas no território Kambiwá**
- 59** **A afirmação da identidade e do afropertencimento contra a lógica colonial da propriedade privada**
- 64** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** **O quilombo Santo Antônio dos Sardinhas**

- 67** *Quilombo do Córrego de Ubarana: entre as veredas da resistência*
- 72** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** *Memória e territorialidade da Comunidade Quilombola do Córrego de Ubaranas*
- 75** *Desenhando-se nos mapas da memória coletiva e reconstruindo a economia solidária nos territórios dos povos originários e tradicionais do nordeste brasileiro*
- 81** *Contrassaberes: O papel da educação popular em economia solidária na perspectiva dos povos originários e comunidades tradicionais do nordeste*
- 86** *Referências*

Apresentação

O Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) é um dos projetos da Política Pública de Educação da Política Nacional de Economia Solidária, desde 2009. É fruto das conquistas da ação política e pública realizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e, em particular, de educadoras e educadores que compreendem que a economia solidária carrega consigo um processo de educação que constrói outra economia a partir do chão de vida e trabalho de quem a pratica nos meios urbano e rural. Nas duas primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, as delegadas e os delegados aprovaram a criação de um Centro de Educação em Economia Solidária (formação e assessoria), com vista a disputar os recursos públicos para este fim.

Com atuação regional e nacional, o CFES tem por objetivo formar educadoras e educadores em economia solidária, que trabalhem com a formação, a assessoria técnica, a elevação de escolaridade, a inclusão digital e o acesso às tecnologias por trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária, segundo a Chamada Pública 001/2012 para seleção de projetos – Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego.

A primeira fase do CFES foi de 2009 a 2012, e a segunda, de 2013 a março de 2018. Nas duas fases, o CFES-NE contou com a coordenação institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob a responsabilidade do Departamento de Educação, resultado de seleção de editais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe ressaltar que, desde o seu nascedouro, o CFES-NE foi orientado pela ação político-pedagógica das representações de educadoras e educadores, pelos

Fóruns Estaduais de Economia Solidária e outras redes e movimentos sociais componentes do seu Conselho Gestor.

O Nordeste tem uma longa tradição na construção de ideais e práticas de educação popular e libertadora. Diante disso, buscamos trazer as pessoas e organizações envolvidos com a construção de outras pedagogias e metodologias para gestar e parir um conhecimento que, inspirado em nosso contexto territorial e no dos povos originários, tradicionais, oprimidos e explorados, incluindo mulheres e homens, nos dê conta de fazer uma outra economia, baseada em relações sociais de cooperação, solidariedade, equidade de gêneros, respeito à nossa cultura e espiritualidade, de amorosidade e harmonia com os outros seres vivos que compõem nossa casa e nosso mundo.

As atividades realizadas envolveram apoio à articulação das educadoras e dos educadores em economia solidária, realização de seminários regionais, oficinas locais, cursos estaduais e regionais e publicações.

Os três Cursos Regionais de Formação Autogestionária de Educadores e Educadoras Populares em Economia Solidária foram realizados por polos, com a junção dos seguintes estados: polo Maranhão, Piauí e Ceará; polo Rio Grande Norte, Paraíba e Pernambuco; polo Alagoas, Sergipe e Bahia. Todos aconteceram no período de julho de 2015 a agosto de 2016, com o envolvimento de redes, coletivos e núcleos de educadores e educadoras populares dos estados da região, entre outros movimentos sociais populares e instituições.

A partir do exercício metodológico e pedagógico sobre o que estudar, como estudar e por que estudar, na construção autogestionária do currículo, as e

os participantes destes cursos definiram por meio da pesquisa-ação os temas que consideravam importantes para a educação em economia solidária no NE, e um deles é o tema dos povos originários e tradicionais, que inspirou a elaboração deste caderno, cujo texto foi escrito por Francisco Nonato e José Nunes. O primeiro, educador popular, militante de movimentos de pescadores e pescadoras e do movimento negro, traz para nós questões essenciais e urgentes para refletirmos sobre a construção do conhecimento descolonialista no campo da educação popular em economia solidária. O segundo, professor do Departamento de Educação da UFRPE, tem se dedicado ao estudo militante das comunidades tradicionais na perspectiva da agroecologia e da economia solidária.

Este caderno sobre povos originários e tradicionais surge da necessidade de se escutar e perceber os demarcadores de pertencimento que carregamos nas nossas expressões e vivências, pois isso nos possibilita ler, cantar e expressar outras falas necessárias para a desconstrução de sentidos comuns. Neste sentido, é preciso retomar o significado da economia como uma relação social que garante o nosso estar no mundo, mas que tem se transformado em algo tão distante e frio nas falas e visões de especialistas desde que se tornou quase sinônimo de dinheiro e ganância.

Não é possível entender e construir a economia solidária no Nordeste e no Brasil se não mergulharmos no território dos povos originários e comunidades tradicionais para aprender como se praticam a reciprocidade e a convivência com a natureza. Como se expressa a solidariedade entre os povos originários e comunidades tradicionais? Os choques atuais com o avanço da mercantilização

da vida promovido pela expansão da acumulação do capital nos revelam a perpetuação do *economicídio*, expresso na determinação de extermínio de certos povos, principalmente, os povos indígenas. Isso não é fato e política do passado, isso se reproduz nos tempos atuais, com as concepções e estratégias de desenvolvimento e progresso que ameaçam os territórios indígenas e suas práticas e simbologias, como denuncia, por exemplo, o documentário *Martírio*, dirigido por Vincent Carelli, Ernesto de Carvalho e Tita Documentário.

“A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemias que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar”. Estas são as sábias palavras do xamã Yanomami Davi Kopenawa, que encontramos na página 6 do livro *A queda do céu*, escrito por ele e pelo antropólogo francês Bruce Albert e publicado no Brasil em 2015.”

Que este caderno contribua para olharmos com olhos bem atentos a realidade do nosso território e para criarmos espaços públicos e coletivos capazes de construir a ação educativa, onde caibam o respeito às diferenças, o direito da natureza e a prática da igualdade de gênero, e onde ecoem as falas, cantigas e histórias que alimentam nosso espírito e aumentam nosso saber.

Boa leitura!

Alzira Medeiros e Mônica Vilaça

COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DO CFES-NE



***As primeiras letras
em memória dos
nossos ancestrais,
das suas lutas,
das suas existências
em nós***

Este caderno tem por objetivo fazer presente as vozes e experiências de povos originários e tradicionais do Nordeste brasileiro, em luta por reconhecimento e por garantia de direitos. É na territorialidade e nas relações comunitárias que o Bem Viver acontece cotidianamente. A escrita do caderno é acentuada em outras latitudes, que têm na luta pela descolonização do imaginário, do poder e do ser, uma das suas referências.

A construção deste caderno é permanente, pois aprendemos coletivamente que é preciso caminhar e falar de **nós** sobre **nós**, sem intérpretes, e evitar que a fala seja capturada e indevidamente apropriada por outros. É na voz da cantora Virgínia Rodrigues, quando canta e encanta com a canção *Yáyá Massemba* – “vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas” –, que traçamos as primeiras letras em memória dos nossos ancestrais, das suas lutas, das suas existências em nós. É nas **escrevivências** de Conceição Evaristo que rompemos o silêncio violento da colonialidade do saber.

Porque é no processo de aprendizagem coletiva que se supera o bloqueio, o nó na garganta de muitas e muitos das e dos que aqui desenham suas experiências e que nunca, ou quase nunca, são escutadas e escutados. Nossa caminhada é feita para superar as impossibilidades. É na ação comunitária e coletiva que vão se dando outras relações, para além do capital e das opressões veladas, e que vamos desenhando, a muitas mãos, desde o Nordeste brasileiro, um outro mundo possível.

Foi no espaço coletivo do Curso de Formação Autogestionária de Educadores e Educadoras Populares, promovido pelo Centro de Formação em Economia Solidária e Apoio à Assessoria Técnica do Nordeste (CFES – NE), que foi possível **garantir os processos de escuta e de admiração** de tantas coisas realizadas em tantos lugares do nosso Nordeste. Esse foi o movimento feito por muitos e muitas de nós no processo de reencontro com as nossas práticas e fazeres, movimento

que possibilitou a muitas e muitos olhar para os fazeres e perceber as bonitezas, a rebeldia e a utopia necessárias.

Reconhecemos as diversas mãos que construíram toda memória e língua própria expressas nesse caderno. **Rompemos com o ato de ser interpretados para passar ao ato de compartilhar** as especificidades e sonhos que resistem entre as veredas de tantas comunidades que têm enfrentado a hegemonia do capital e das suas relações individualistas e genocidas.

Nossas referências são as memórias, das vozes e dos corpos, que rompem com a uniformidade e com o padrão, pois é nas cores, nos fios de conta, nos encantados e na ancestralidade que se torna possível apresentar o que se deve apresentar e preservar o que deve ser preservado, pois acreditamos que outro mundo é possível, com ternura e solidariedade.

O percurso desse caderno tem como marca a vivência de educadoras e educadores populares em economia solidária que construíram coletivamente processos de pesquisa-ação em seus territórios. Apresentamos aqui três experiências que nos ajudam a desconstruir o imaginário colonial. Possibilitando o movimento da escuta e do olhar atento aos deslocamentos provocados com as questões antes não ditas em roda, o caderno é parte da luta de mulheres e homens do meio popular que vêm construindo outro jeito de fazer educação popular em economia solidária.

A nossa caminhada tem como marco as vivências e o saberes compartilhados do povo Kambiwá, no sertão pernambucano, que nos provoca a pensar que **é preciso escutar para reconstruir o território**. É no rompimento do silêncio histórico que a comunidade remanescente do Quilombo de Santo Antônio dos Sardinhas, no município de Lima Campos, no Maranhão (MA), refaz o mapa, as

“linhas de limite”, e **acessa a memória coletiva comunitária para reconstruir e garantir o território** tradicionalmente ocupado. Essas são feiturares que têm uma dinâmica própria, pois é na articulação entre comunidade, vida e resistência que se garantem as lutas contra o racismo e todas as formas de violência.

É percorrendo as veredas enquanto caminho alternativo que chegamos à comunidade quilombola do Córrego de Ubaranas, no município de Aracati, no Ceará (CE), onde percebemos a luta cotidiana dessa comunidade contra as grandes obras e empreendimentos que têm se instalado violentamente no território, privatizando e mercantilizando os *bens comuns*, como enfatizado nos escritos de 2016, por Jean Pierre Leroy, em *Mercado ou Bens Comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental*.

É nas vivências, memórias e falas dos povos originários e tradicionais que damos início a uma caminhada que tem como objetivo tornar presente outras línguas e experiências que não estão no centro, na metrópole. É na desconstrução do imaginário colonial que vamos desenhando outros percursos e trilhando outros caminhos, deslocando o natural, dizendo, escrevendo e cantando as histórias de luta e resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais do Nordeste.

A história desse caderno passa por muitas mentes e corações atentos à escuta e à sensibilidade do retorno, pois o exercício feito ao longo das contações de histórias e das vivências é parte do processo de descolonização do saber, do imaginário e dos afetos. Aqui se encontram presentes, entre linhas, olhos marejados de esperança, mas com uma confiança grande na rede de retalhos feita com muitas mãos e corações.

É preciso destacar o papel importantíssimo das educadoras e educadores populares em economia solidária que construíram essa história e que carregam, em suas mentes e corações, as marcas ancestrais do retorno. Há sentimentos e lembranças que não temos como descrever aqui, mas é preciso dizer que, em meio às lágrimas, às emoções, aos corres da vida, à luta e ao cuidado, temos buscado construir outras falas e saberes possíveis desde o chão do Nordeste.

Afirmamos que acontece, sim, outra economia solidária na vivência e luta dos povos originários e tradicionais. Acreditamos nos tambores e nas cores de tantos povos e que é necessário superar as relações individualistas e neoliberais como parte da construção do Bem Viver que acontece entre nós. Destacamos, ainda, que o sistema capitalista e todas as suas vertentes de “humanização” são nocivos à nossa existência enquanto povos originários e tradicionais.

É com a força dos nossos ancestrais, e no movimento de retorno e tomada do lugar de fala, que iniciamos a marcha pela descolonização do imaginário, do poder e dos afetos, buscando fazer presente a economia solidária que acontece nos territórios de povos e comunidades tradicionais.

Temer jamais, ousar lutar sempre.

Boa Leitura!



***Um movimento
de giro territorial***

**Somos herdeiros de uma luta histórica,
iniciada por muitos antes de nós.**

(LUIZA BAIROS, EM 2011)

Na apresentação deste caderno foi dito que, como parte do processo formativo, as educadoras e educadores foram convidadas e convidados a realizar uma pesquisa-ação em seus territórios, com suas experiências e vivências, trazendo para o presente os desafios, resistências e lutas que emergem das investigações.

Aqui se encontram três grandes experiências que possibilitam a todas e todos iniciar o giro territorial, no sentido empregado por Maristela Svampa no livro *Extratativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?*, de 2016, e perceber as diversas possibilidades de leituras sobre a realidade, tendo como chão o modo de vida e os fazeres específicos dos povos e comunidades tradicionais do Nordeste. É na cosmovisão do povo Kambiwá, das comunidades remanescentes quilombolas de Santo Antônio dos Sardinhas e de Córrego de Ubaranas, que nos referenciamos em todo nosso percurso pedagógico para perceber e visibilizar o modo de vida comunitário presente.

Quem são esses povos e comunidades tradicionais que tomam a palavra e reescrevem com outras linguagens suas lutas, que nos têm desafiado desde o hemisfério Sul a descolonizar nossas práticas políticas e nossas organizações? É no movimento do giro territorial que também somos desafiados e desafiadas a fazer presente a economia solidária que acontece nesses territórios do Bem Viver, enquanto modo de vida e de fazer. Considerando-a como **economia do**

cuidado comunitário com a casa comum, afinamos a nossa militância enquanto educadoras e educadores populares em economia solidária Nordeste adentro.

Nesse sentido, é preciso perceber que essas falas são localizadas em corpos historicamente silenciados e excluídos dos diversos espaços, referências, citações e articulações. O diálogo de saberes que nos propomos a iniciar no campo da economia solidária do Nordeste tem afinidade e preferência por alguns lugares nunca visitados antes. O nosso movimento, neste caderno, é provocar um retorno às relações comunitárias e fraternas que vêm acontecendo de diversas formas nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

O diálogo aqui proposto tem os pés nas aldeias, nas vozes dos mais velhos, na esperança da juventude. Entre uma maré e outra, aprendemos com as comunidades pesqueiras que é preciso observar o tempo e o movimento das marés para avançar. É também no silêncio dos manguezais, onde a diversidade da vida e da reprodução é presente, que aprendemos que é preciso pisar calmamente na tão preciosa e ancestral lama, Salubá Nanã, senhora dos mistérios. Acreditamos nos tambores dos quilombos que nos convidam a estar em estado de alerta e ternura. É com passos lentos e apressados que iniciamos, a partir do Nordeste, a falar do Bem Viver que acontece em tantas comunidades. Poderíamos aqui apresentar quase todos os saberes que se encontram nesses espaços, mas aprendemos que é preciso vivenciar e compartilhar no comunitário a vida.

O Curso de Formação Autogestionária de Educadores/as Populares foi o espaço inicial que possibilitou trazer para o centro da roda as vozes e modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, como referências para a educação popular em economia solidária. Esse foi um dos pontos iniciais necessários para que

tenhamos hoje um grande acúmulo no debate e na defesa dos modos de vida dessas comunidades.

Estávamos diante de uma possibilidade única, a de fazer presentes nossas raízes, onde as educadoras e educadores têm seus pés. Foi no movimento de retorno e de contato com muitos povos que aprendemos a reescrever nossa história com outros olhos e práticas.

Nesse sentido, é preciso sempre ressaltar que, no decorrer dos debates, sempre estavam presentes os conflitos socioambientais que os povos e comunidades tradicionais têm vivenciado em seus territórios. O atual modelo capitalista e extrativista tem afetado diretamente a vida das comunidades, a cultura e sua ancestralidade, pois é na desarticulação desses modos de vida que se dá a base do “desenvolvimentismo extrativista”, no dizer de Alberto Acosta no texto “Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição”, de 2016. É no percurso das vivências e da possibilidade de outras escritas que, ao longo da leitura, paramos, refletimos e continuamos o caminho.

O curso foi o espaço possível de partilha e contato com a educação popular e com uma proposta de organização e de pedagogia autogestionárias. Esse é o lugar onde estão as vivências e experiências de educadoras e educadores que têm em suas trajetórias de vida muitas linguagens.

Foi nas rodas de conversa, nos trabalhos autogestionários, nas leituras e nas cantorias que nosso percurso metodológico foi se construindo. É na possibilidade de fazer presente outras emergências, latitudes e vivências que as nossas inquietações e identidades foram se encontrando com tantas outras.

É nessa localização que situamos o debate sobre os desafios dos povos e comunidades tradicionais do Nordeste, tendo como referência as lutas e

resistências dessas comunidades, que estão sendo atingidas pelos projetos do capital, via grandes obras e grandes empreendimentos que vêm desmontando toda relação comunitária e ancestral que acontece no território.

Nossa tarefa é dar continuidade às escritas, falas e emergências dos territórios, às especificidades e pluralidades que lá acontecem, pois é no rompimento do silêncio que vamos forjando outros olhares. Nosso movimento, portanto, é o de fazer rodar os diálogos e experiências, de saberes e sabores, pois é nessa experimentação que se tornam possíveis o contato e a superação das distâncias entre o *eu* e a *gente*.

A educação popular em economia solidária no Nordeste tem como uma de suas referências o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais, pois a relação dessas comunidades com seus territórios é de integração, de *parte com*, mostrando que outras relações são possíveis com os bens comuns, convidando cada um de nós a superar o imaginário mercadológico de pilhagem e mercantilização da natureza.

O nosso percurso metodológico

A vida é igual a um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é minha pele. Preto é o lugar onde eu moro. O livro me fascina.

CAROLINA MARIA DE JESUS

Nossos passos vêm de longe, já sinalizavam muitas mulheres negras e populares do nosso Nordeste, nos processos de resistência e persistência cotidiana. Trazemos presente aqui a escritora negra Carolina Maria de Jesus, que trabalhava como catadora de papelão e todos os dias registrava o cotidiano da favela Canindé, em São Paulo. É a partir das mãos e do lugar de fala de Carolina Maria de Jesus que partilhamos o nosso percurso metodológico. A frase que abre esta seção é do seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, publicado em 2007 pela nona vez.

Aqui estão presentes traços de educadoras e educadores populares em economia solidária que têm, nas suas histórias de vida e trajetórias de militância, sonhos, desejos e ternura. É desse lugar que se faz e se refaz sempre a nossa metodologia. É na localização dos nossos pés que é possível sentir e perceber o tom da fala e da escrita. Aqui **compartilhamos uma experiência em mutirão**.

Os percursos que nos trazem este caderno são muitos e incluem traços de resistência, memórias ativadas e reivindicadas que estão nas entrelinhas das experiências aqui apresentadas. Não se encontram aqui regras estabelecidas, métodos terminados e acabados. Partilhamos duas regras: a da presença e a do processo de descolonizar o imaginário.

Para a construção deste caderno, algumas ações foram necessárias para preservar as diversidades de fazeres e as especificidades comunitárias. Nesse sentido é que destacamos a importância das inúmeras rodas de diálogo enquanto espaço de socialização de saberes e exposição do sentido dos processos de pesquisa-ação que seriam realizados. Foi na roda de conversa que se desenhou o percurso a ser feito pelas educadoras e educadores, comunidades, apoiadoras e apoiadores e outras e outros que foram chegando e somando-se à ciranda.

A roda de conversa é a base de toda construção e discursividade. É nela que os primeiros traços e entendimentos são feitos e ativados. É na ação comunitária de conversar e ser escutado que vão se constituindo as bases para a superação do silenciamento cotidiano, a quebra das invisibilidades, o rompimento com o roubo da fala. Esse é também o espaço onde as contradições são percebidas e valores externos às tradicionalidades são notados e pautados como nocivos à luta e à prática dos povos originários e comunidades tradicionais.

Assim, a memória coletiva e comunitária é ativada como ferramenta de superação da história única, do senso comum sobre a existência de povos sem história. A memória aqui é política e ancestral, pois é no resgate e na socialização das experiências de resistência e modos de vida que vamos percebendo outros valores existentes que precisam ser visibilizados. Escutamos muitas senhoras e muitos senhores falando de seus territórios com os olhos marejados e com a esperança de partilhar o Bem Viver que praticam.

É na vida e caminhada dos povos e comunidades tradicionais que se traça um percurso feito de muita luta e resiliência para superar a ideologia colonialista de poder e de espaço. Nesse sentido, destacamos a importância da ferramenta dos mapas da memória, como possibilidade de as comunidades desenharem a si mesmas. Os mapas da memória são parte da luta por “outros olhares e novas linhas”, como entendem Henri Acselrad, André Dumans Guedes e Laís Jabace Maia no livro *Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura*, publicado em 2015. É nesse sentido que são apagadas, em muitas experiências, as linhas e cartografias que legitimam a violência do latifúndio, do agronegócio, dos parques eólicos, da especulação imobiliária, da estrangeirização das terras tradicionalmente ocupadas e dos bens comuns.

Faz parte da metodologia que emerge de outras falas do Nordeste visibilizar os intensos e longos conflitos em que as comunidades estão envolvidas. Os modos de vida dessas comunidades têm sido violados pelo modelo capitalista de produção, que tem como base primeira a acumulação, a pilhagem e a mercantilização da natureza e da vida. Os povos e comunidades tradicionais têm construído outras relações com a natureza, que não tem nenhuma proximidade com a lógica capitalista de separar o “homem” da natureza. Na experiência dessas comunidades, essa relação é de integração, de parte e continuidade ancestral, e, por isso, tal possibilidade não pode ser percebida com os óculos do raciocínio ocidental e mercantil.

A trajetória da experiência é (re)feita nas conversas, com a possibilidade da escuta. É com base na recolocação e sobreposição de mapas, com nossos pés acima da cartografia mercantil, que apresentamos as vivências, os modos de vida e as identidades que são parte do Bem Viver. É a memória que se conta e se faz enquanto povo e coletividade. A história dos povos originários e tradicionais é, então, retomada e, nesse processo, a memória coletiva é a principal ferramenta para garantir a “reintegração de posse” dessa história capturada do Nordeste brasileiro.



***Povos originários
e tradicionais
trançando a
fala e dançando
a resistência no
chão do nordeste:***

*desconstruindo a colonialidade
do ser e do saber rumo ao bem viver*

A reconstrução dos saberes e sabores dos povos originários e tradicionais tem ganhado força em toda a nossa América Latina, incluindo o Nordeste brasileiro, com os processos coletivos de desconstrução da herança colonial que desvaloriza sistematicamente outros saberes, outras línguas, espiritualidades, culturas e economias comunitárias.

É das vivências e das lutas socioterritoriais de povos originários e tradicionais do Nordeste que se refaz a trança entre a defesa e garantia do território e a economia solidária para o Bem Viver. A esperança nossa de cada dia nasce dos modos de vida resistentes de mulheres e homens nordestinos e nordestinas que têm buscado garantir seus direitos territoriais e ancestrais como resposta às violências sofridas historicamente. Nesse sentido, o que acreditamos enquanto Bem Viver nasce de conhecimentos e práticas indígenas sul-americanas que Alberto Acosta, no já mencionado texto “Extratativismo e neoextrativismo”, articula com a possibilidade de imaginar outros mundos e construir novas realidades políticas, econômicas e sociais, a partir de uma ruptura radical com as noções de “progresso” e “desenvolvimento” pautadas pela ideia de bens e capitais e pela exploração e mercantilização da vida.

A insurgência dos povos, desde baixo, tem sido um movimento constante de contestação ao atual modelo de desenvolvimento, que tem como características centrais o neoextrativismo, o racismo e a herança patriarcal que têm afetado diretamente o modo de vida das comunidades. Nesse sentido, é preciso garantir e visibilizar os bens comuns dessas comunidades, enquanto prática e modo de vida que se dá no relacionamento com as águas e a terra, mas que também se revela nas experiências de economia solidária e agroecológica, no turismo comunitário, na pesca artesanal e na convivência com o semiárido. Trata-se de bens comuns no sentido de que estão disponíveis para todos e todas e que não

devem ser privatizados. Essas são relações com a natureza de várias comunidades na vivência sustentável, que foge à lógica capitalista da acumulação e mercantilização do território e da vida.

É nas experiências de desconstrução da herança violenta do colonialismo, protagonizadas por povos originários e tradicionais, que atualizamos a nossa crítica ao extrativismo colonial enquanto modalidade acumulativa e predatória que há quinhentos anos vem cumprindo o papel de abastecer as metrópoles, saqueando os territórios dos povos.

É no movimento popular (aqui o sentido de ‘popular’ dá a tonalidade de classe) dos povos originários e tradicionais – compostos por povos indígenas e afrodescendentes – que estão as comunidades quilombolas, pesqueiras, de terreiro, ribeirinha, de fundo e fecho de pasto, de quebradeiras de coco, de ciganos, entre tantas outras, nas suas mais diversas formas de existir e se manifestar. É nas práticas dessas comunidades que encontramos a crítica ao modelo desenvolvimentista, extrativista e patriarcal, com suas atividades em grande escala que têm afetado diretamente o modo de vida dos povos. A violência extrativista é visível quando se remove um povo de seu território e de sua comunidade tradicional para permitir o saque de grandes volumes de minério, ou quando comunidades pesqueiras e caiçaras são afetadas por plataformas de petróleo que alteram todo o percurso dos peixes e dos pescadores e pescadoras, além da exposição constante a explosões e outros acidentes. Ou, ainda, quando povos indígenas são contaminados por epidemias levadas por garimpeiros, madeireiros, entre outros.

É necessário denunciar as diversas práticas violentas do modelo capitalista extrativista, que tem produzido a degradação e a eliminação de povos inteiros e dos seus saberes ancestrais. É no chão do Nordeste e nas experiências de re-

existência que se faz necessário visibilizar uma outra economia solidária, feita a muitas mãos, enquanto resposta às tentativas continuadas de eliminação das existências e práticas tradicionais e da coletividade comunitária.

Os efeitos da dominação ideológica colonialista têm recaído de maneira violenta sobre os povos e comunidades tradicionais, nos seus processos de retomada e demarcação de seus territórios tradicionalmente ocupados, na defesa dos bens comuns, nas lutas por justiça ambiental e reconhecimento ancestral. Essas são questões necessárias e urgentes para a continuidade de processos educativos de desconstrução do colonialismo e da indiferença às vozes indígenas, negras e populares do Nordeste.

É preciso garantir a escuta dessas vozes historicamente silenciadas, como parte do processo educativo dos nossos coletivos, organizações e movimentos. A ausência em alguns espaços de organização do movimento da economia solidária dos povos indígenas, dos quilombolas, do povo cigano, das comunidades de terreiro, dos povos das águas e das florestas não é espontânea.

Essas ausências são questionáveis. Nesse sentido é que o processo que iniciamos no Curso de Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores em Economia Solidária tem possibilitado o diálogo de saberes enquanto caminho para a retomada e a autoformação das coletividades afetadas pela colonização do corpo, do ser e dos afetos.

É importante destacar que existe toda uma gama de intérpretes da herança colonial que, no ato do roubo da fala e do silenciamento das experiências dos povos e das comunidades, categorizam e fixam as vivências das comunidades, executando mais uma vez a ordem e o pensamento únicos, ou seja, reafirmando a ideia de uma grande nação brasileira que tem uma única língua, a do

colonizador, uma única religião, o cristianismo, e a propriedade privada como padrão. Esse é o projeto de nação na perspectiva do Estado colonial e patriarcal que persiste até os dias atuais.

Nossa tarefa é trazer para o centro as vozes e espiritualidades historicamente silenciadas. O Estado colonial e patriarcal perseguiu e criminalizou a prática das religiões indígenas e de matriz africana, separou povos inteiros, alterou as línguas originárias e executou vários projetos pedagógicos para eliminar e apagar da “memória nacional” os povos e as comunidades tradicionais.

Em decorrência dessas ações violentas do Estado colonial e patriarcal, hoje os povos e comunidades tradicionais ainda são vítimas do genocídio continuado, que tem no atual modelo de desenvolvimento sua forma cabal de execução: territórios são saqueados e privatizados e os bens comuns são mercantilizados, gerando vários conflitos, insegurança alimentar nos territórios e, inclusive, eliminação física da população.

O cotidiano dos povos e comunidades tradicionais é marcado por sérios enfrentamentos a projetos governamentais e de iniciativa privada que, de forma violenta, têm expulsado populações inteiras de seus territórios para a produção de *commodities* (soja e pecuária de corte, por exemplo), para as atividades de mineração (extração de ferro, ouro, gás, petróleo, entre outros), para a construção de grandes complexos imobiliários (condomínios de luxo, hotéis e *resorts*), e até mesmo para a produção de energias ditas renováveis – um dos exemplos deste tipo de “investimento” são os impactos da instalação de parques eólicos em comunidades pesqueiras e camponesas do Nordeste –, entre outras atividades que privatizam e mercantilizam a natureza.

É da força dos ancestrais do povo Kambiwá do sertão pernambucano que alimentamos a resistência e a ousadia na construção do Bem Viver. Por meio da pesquisa-ação, aprendemos coletivamente com esse povo que é possível superar as marcas perversas da monocultura e do latifúndio e que é no chão do quintal produtivo que renasce a segurança alimentar e se reescreve a territorialidade.

É a partir das veredas do quilombo do Córrego de Ubaranas, no Ceará, que se percorre o caminho da identidade e da cultura negra como parte da luta por reconhecimento e respeito. A pesquisa-ação mostrou que é nas entranhas do quilombo que se tem buscado alternativas aos percalços impostos pelas fazendas de camarão, pelo agronegócio e pela energia eólica, pois esses caminhos e projetos têm levado à destruição de toda biodiversidade e cultura presentes no território.

A partir da pesquisa-ação, aprendemos também com a comunidade quilombola de Santo Antônio dos Sardinhas, no município de Lima Campos, no Maranhão, que para reconstruir o Bem Viver é necessário escutar as nossas pessoas mais velhas, pois é na vivência e na luta cotidiana que se recupera a memória e se refaz o mapa da vida. Assim, é possível alterar os percursos e as trajetórias de invisibilidade. É do som dos tambores do terecô que Nega Flor se apresenta como referência no processo de resgate da identidade e dos valores comunitários da comunidade negra.

É nas **escrevivências**, como tem afirmado a escritora Conceição Evaristo, que nascem e renascem os processos de encantamento e embelezamento dos fazeres de mulheres negras e homens negros que têm recuperado o lugar de sujeitos de fala e de saber como parte necessária aos processos de afirmação e defesa dos seus territórios e dos bens comuns.

Nesse sentido é que as experiências das escolas indígenas e quilombolas são necessárias no processo de recuperação da fala e de construção de saberes que têm como referência a vivência e ancestralidade. É nos quintais produtivos que se têm iniciado experiências valorosas de resgate de plantas nativas, como uma das estratégias de recuperação do território no sentido de garantir a permanência, os saberes e a segurança alimentar das famílias.

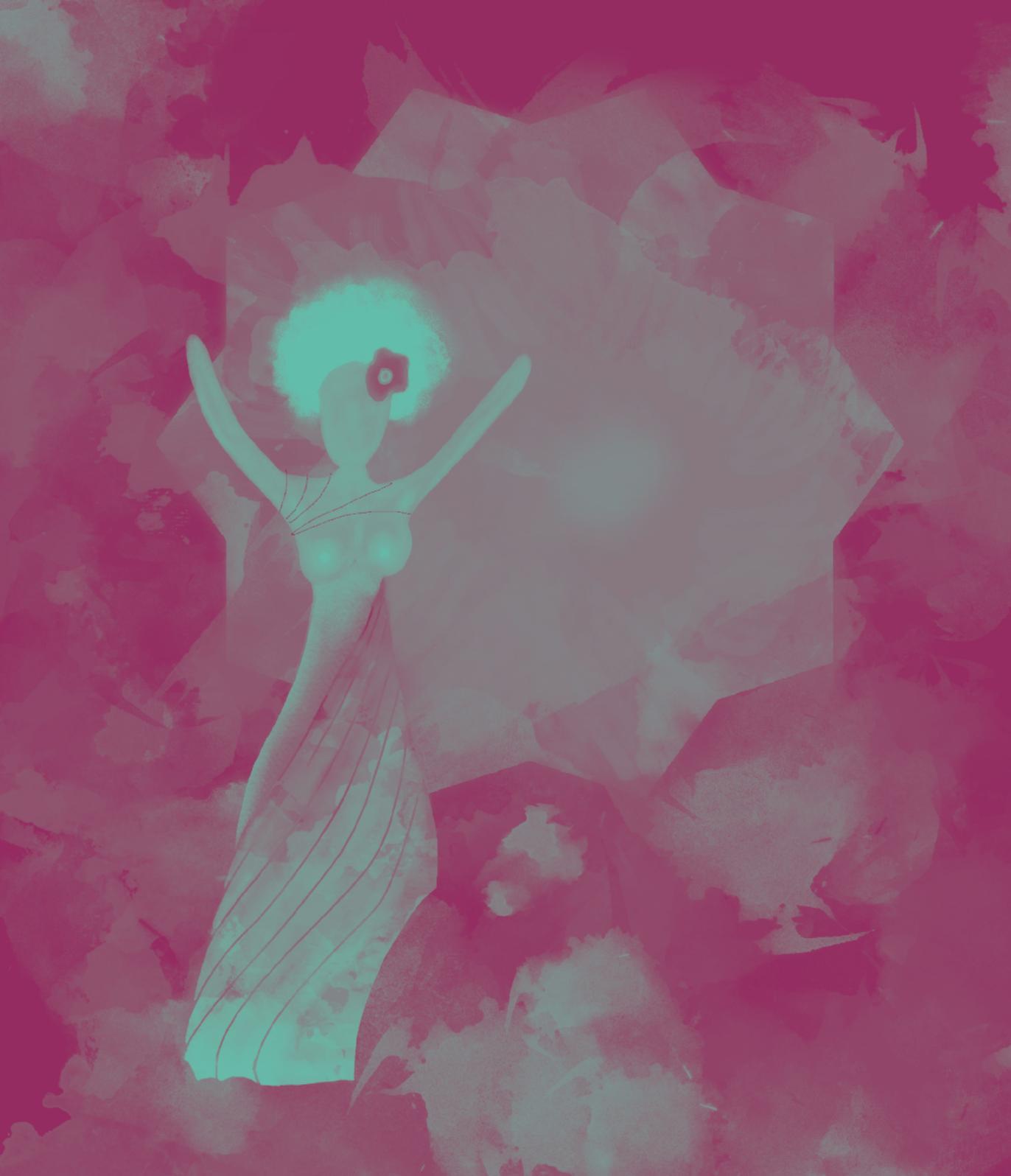
As cores e linhas dos mapas da memória têm possibilitado reescrever o território e recuperar espaços e símbolos sagrados, garantindo e preservando coletivamente os bens comuns como prática crítica à ideia de meio ambiente enquanto recurso/mercadoria a serviço do lucro e das práticas neoliberais de relação utilitarista.

As ideias apresentadas nessas linhas têm como referência a vida e o cotidiano de povos e comunidades tradicionais em luta pelo direito de existir, resistindo a todas as formas de neocolonização, seja ela econômica, ideológica ou religiosa. O movimento que se tem construído é feito de um profundo processo de recuperação das memórias populares e de lutas por direitos ancestrais.

O Bem Viver não é uma teoria, nem um programa a ser seguido. Ele é construído e sentido nas ações que povos e comunidades têm realizado em todo o nosso Nordeste, enquanto alternativa crítica aos grandes centros de poder político, econômico e religioso e às instituições colonialistas e patriarcais.

O Nordeste é político. Essa tem sido a afirmação de muitas comunidades que encontram na economia solidária e na defesa dos seus territórios alternativas reais aos processos continuados de opressão e às relações populistas e coronelistas.

É preciso superar o imaginário colonial para perceber a diversidade de linguagens e de expressões culturais inteiras que estão sendo ameaçadas no seu direito de existir devido à violação dos direitos humanos e da natureza dos povos originários e tradicionais pelo modelo capitalista extrativista.





As veredas:

***o caminho alternativo de povos
originários e tradicionais
contra o racismo colonial***

*Não sou apenas o índio que perdeu
sua taba, na curva da estrada que o
trator abriu, quando arrancou mãe-
floresta, quebrou minha flecha, deturpou
minha festa e quase ninguém viu.*

(ZÉ PINTO, DEVOÇÃO AMAZÔNICA)

A escritora Conceição Evaristo tem afirmado constantemente que a nossa **escrevivência** tem seus pés nas “veredas”, nas pequenas estradas que vão cortando a oficialidade dos percursos. As veredas são caminhos feitos pelas mãos dos povos, com a sensibilidade e o conhecimento ancestral dos seus territórios. As veredas são caminhos alternativos e têm muitas curvas, além de outros atalhos e trilhas que vão surgindo durante o percurso.

Esses caminhos têm nos possibilitado percorrer na contramão as estradas do desenvolvimentismo, da ação extrativista e da violência do Estado, e, ao mesmo tempo, apresentar que é necessária a construção do Bem Viver como processo político e social que tem na economia solidária a prática de relações harmoniosas com toda a natureza e seus encantados.

É na maneira de ver e sentir o mundo, ou seja, na cosmovisão dos povos originários e tradicionais, que nasce a crítica a todas as formas de racismo colonial que, via discurso e prática desenvolvimentista, têm hierarquizado os povos e eliminado as suas experiências. A cosmovisão é o modo de interpretar, de ver e de sentir o mundo próprio de cada povo e determina como cada indivíduo se relaciona com as outras pessoas e com a natureza não humana, além de seus

valores e crenças. Envolve uma filosofia e uma simbologia que constituem o modo de cada povo de se relacionar com o mundo visível e o não visível.

Nossa tarefa, enquanto educadoras e educadores populares em economia solidária, é fazer o exercício cotidiano do deslocamento como garantia permanente da escuta e da possibilidade de perceber as experiências de vida das comunidades, necessárias para alterar as relações individualistas e violentas que são reproduzidas em nossas sociedades.

É a partir de outras escritas e de várias gingas que construímos a criticidade militante como resposta necessária aos diversos projetos de opressão e tradição colonial patriarcal que têm afetado diretamente a nossa existência, os nossos saberes e práticas tradicionalmente herdados. Reivindicamos as diversas lutas populares em nossa América Latina, e em nosso nordeste brasileiro, como parte da luta cotidiana.

Nesse sentido é que denunciar as diversas violações de direitos humanos e da natureza de povos e comunidades tradicionais é parte da nossa consciência crítica. Consciência que é construída nas rodas de conversa, nos diálogos com as pessoas mais velhas, nas danças ancestrais e nos tambores e maracás que anunciam que é preciso avançar, questionar e forjar outros olhares como demarcadores de saberes.

Somos parte dos que, de maneira viva e com os pés nas veredas desse Nordeste, vão formando as fileiras do dissenso, pois não temos consenso com o atual modelo de desenvolvimento, com as suas práticas predatórias e degradantes, com a mercantilização dos bens comuns do território, com a uniformização da alimentação e com o saque aos territórios de povos ancestrais, que geram um “crescimento empobrecedor” em nossas comunidades.

O atual modelo de desenvolvimento tem gerado e produzido vários conflitos nos territórios tradicionais, e quase não se escuta falar desses conflitos. É necessário lutar pela quebra da hegemonia desenvolvimentista, pois é com o falso discurso de superação da pobreza no Nordeste que temos sacrificado muitas áreas para a instalação de diversos empreendimentos neoextrativistas.

É no silêncio desenvolvimentista do dito crescimento econômico que muitas comunidades vão desaparecendo do mapa. É no silêncio que povos inteiros são separados e distanciados à força. A chegada dessas empresas nas comunidades tem gerado altos índices de homicídio, suicídio, drogadição e exploração sexual de crianças e adolescentes, além da divisão das comunidades, desagregação dos laços familiares e cooptação de lideranças comunitárias.

Muitas dessas atividades atingem diretamente a existência dessas comunidades e povos, como a instalação de indústrias petrolíferas, o avanço do monocultivo, a expansão do latifúndio, a instalação de grandes parques eólicos, os complexos industriais e navais, a criação de portos para escoar a produção, as atividades de mineração, a produção de frutas para exportação,

a expansão de redes hoteleiras, a criação de gado, a expansão de projetos de carcinicultura e piscicultura, entre outras. Essas são algumas entre tantas outras ações violentas que várias comunidades tradicionais têm denunciado.

A denúncia é parte da ação educativa das educadoras e educadores populares como construção do

Os encantados são antepassados que se transformaram e se tornaram parte da natureza. São “índios vivos que se encantaram”, voluntária ou involuntariamente e, por isso, o culto a eles, como insistem os Pankararu, não pode ser confundido com o culto aos mortos. Entidades não humanas que possuem domínios territoriais específicos e têm capacidade de se deslocar, transmitir recados e mesmo

“baixar” em alguns indígenas. Se manifestam numa semente, nas águas, nas pedras, nas serras e podem aparecer nos sonhos e no toré, entre outros. Fazem parte da cosmovisão dos povos indígenas. Cada povo indígena tem seu panteão de Encantados e alguns povos também os chamam de cablocos.

Quer saber mais sobre este assunto acesse:

• <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pankararu/884>

• <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kalanko/2053>

• <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kalanko/2053>

• <http://elianebrum.com/desacontecimentos/dona-maria-e-o-retorno-dos-encantados/>

• <http://elianebrum.com/desacontecimentos/dona-maria-e-o-retorno-dos-encantados/>

de uma profunda crise de valores, socioeconômica e ambiental. Logo, são as cosmovisões contra-hegemônicas, como aquelas herdadas e reproduzidas pelas comunidades indígenas e negras, que podem apontar outros caminhos. Não à toa tais comunidades são alvo de massacres e negações ao longo de séculos de invasão colonial no Brasil.

pensamento crítico e da ação transformadora. A nossa luta tem sido no sentido de sensibilizar todo um conjunto de sujeitos para a escuta atenta do clamor dos povos da terra, das águas e das florestas, com suas especificidades, sua cultura e seus modos de vida.

Pois o que se expressa nesse contexto é uma disputa desigual e excludente entre diferentes tipos de cosmovisão, ou seja, aquilo que norteia nossa prática no mundo da vida e, conseqüentemente, no chão do trabalho. A cosmovisão capitalista demonstra esgotamento diante

Partilhando a vida e construindo a territorialidade

É na partilha comunitária e na escuta atenta de outras vozes que aprendemos a construir as alternativas necessárias para continuar em pé nas danças, nas

marchas e nas feiras solidárias, bem como na troca de conversas, afetos e cuidados como práticas libertárias e necessárias frente aos processos violentos de individualização das relações.

Temos como chão de experiência a luta cotidiana dos povos originários e comunidades tradicionais pelo direito à vida, pela garantia da segurança alimentar e da economia solidária, na defesa da biodiversidade e do território e a denúncia aos projetos de morte do capital.

Essas têm sido algumas das motivações que têm levado todo um conjunto de educadoras e educadores populares a escrever as suas vivências como parte do processo educativo de desconstrução da colonialidade do saber.

Somos todas e todos convidadas e convidados a percorrer as veredas dos povos e comunidades tradicionais que têm desenhado outros percursos, outras cartografias e memórias. É na descolonização do imaginário que é possível perceber as belezas e os desafios da economia solidária que acontece nos territórios.

É preciso sempre fazer referência às ações comunitárias como parte do processo de reeducação militante, pois é na escuta de outras vozes e percursos que vamos reconhecendo e nos identificando com outras linguagens e sons.

Vamos iniciar nossas andanças no território sagrado do povo Kambiwá, no sertão pernambucano, que tem mostrado que é possível defender a segurança alimentar como parte da garantia de permanência no território. É no processo da escuta e da mobilização coletiva que a comunidade tem recuperado a memória, as plantas e as frutas como parte da sua continuidade cultural.

Os tambores dos remanescentes do quilombo do Santo Antônio dos Sardinhas, no município de Lima Campos, no Maranhão, têm anunciado que a defesa do território tradicionalmente ocupado se faz com a recuperação da identidade enquanto marcas do pertencimento ancestral e do legado histórico de resistência e luta. É na roda que os saberes e olhares dos jovens e das jovens e das pessoas mais velhas vão se cruzando e se reconhecendo como parte da garantia de continuidade da comunidade.

A comunidade quilombola do Córrego de Ubaranas, no litoral leste do Ceará, na região do Jaguaribe, tem enfrentado vários tipos de violação e violência na luta pela demarcação do território quilombola. Além da luta contra os fazendeiros, a comunidade tem enfrentado também os males do racismo ambiental, com a instalação de parques eólicos e com a carcinicultura. É na esperança e nos passos que vêm de longe que as mulheres quilombolas têm assegurado a luta para garantir o território demarcado e titularizado.

Os passos dessas experiências só foram possíveis com o processo de autorreconhecimento dos educadores e das educadoras populares enquanto sujeitos da ação educativa e com a desconstrução do imaginário colonial. As experiências aqui apresentadas são parte do processo de recuperação da fala e do reconhecimento dos povos originários e tradicionais enquanto sujeitos de direito. Tivemos um século de silêncio na legislação brasileira, entre a Lei Áurea e a Constituição de 1988, em relação às comunidades remanescentes de quilombo, tempo significativo na vida de milhares de pessoas.

As experiências partilhadas pelas educadoras e educadores têm algo em comum: o povo Kambiwá e os Quilombolos do Córrego de Ubaranas e de Santo Antônio dos Sardinhas são vítimas do colonialismo, ou seja, são os não sujeitos, pois a estrutura colonial buscou de todas as formas eliminar as vidas

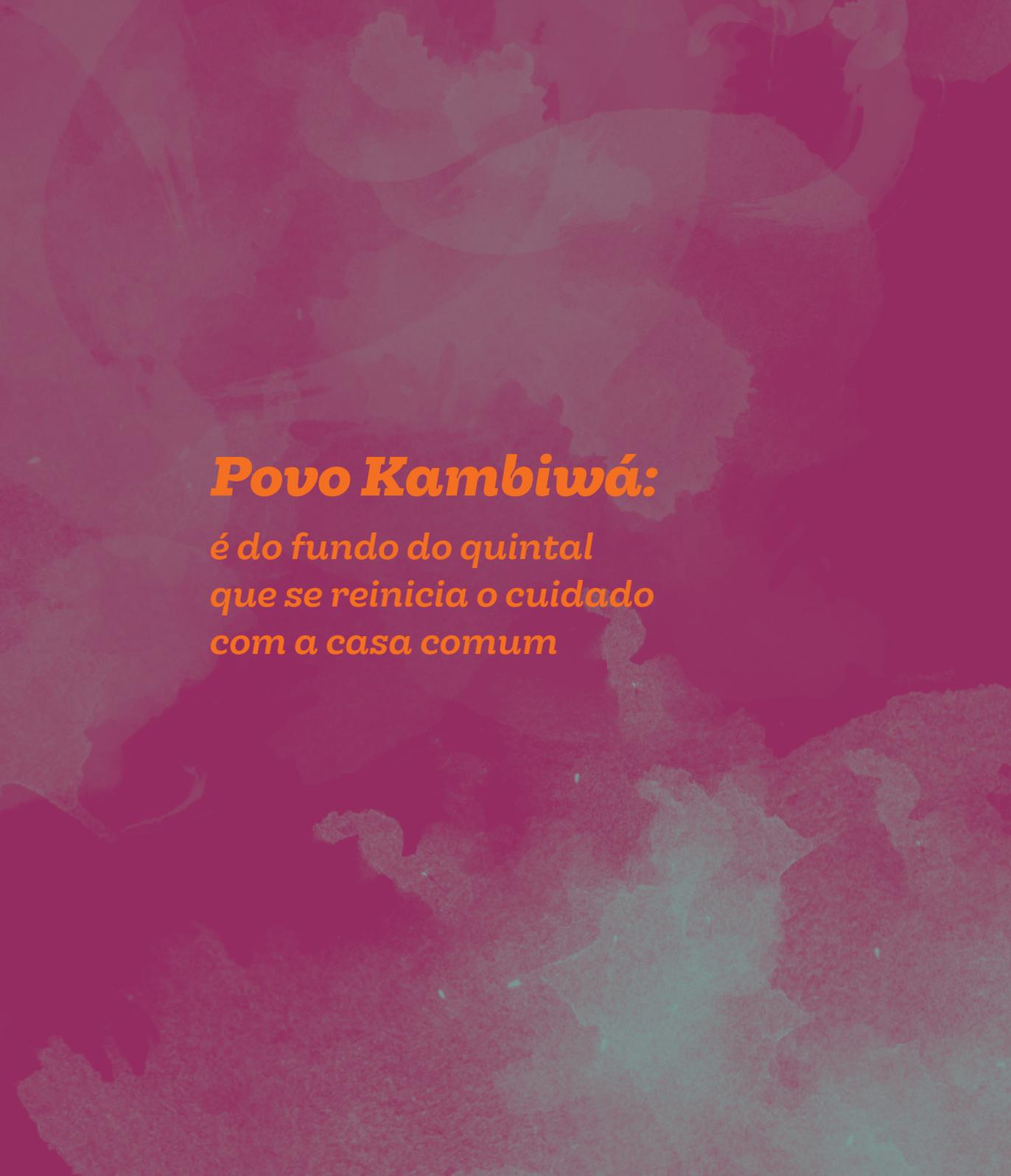
dos povos originários e das comunidades negras. Hoje uma das nossas tarefas históricas é fortalecer identidades, a fim de potencializar, recuperar, valorizar e animar os processos de retomada dos territórios, como princípio para garantir o Bem Viver e uma economia solidária que acontece no comunitário com a partilha da esperança.

SE VOCÊ TEM CURIOSIDADE PARA APRENDER MAIS SOBRE O BEM VIVER, SUGERIMOS

A leitura de *O Bem Viver*: uma oportunidade para imaginar outros mundos, escrito por Alberto Acosta, publicado pela editora Elefante.

Ver o vídeo feito por Diego Renam *Bom Viver Xukuru*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ju-CEcFpuxs>





Povo Kambiwá:

*é do fundo do quintal
que se reinicia o cuidado
com a casa comum*

O povo Kambiwá está organizado em oito aldeias – Ingá, Nazário, Baixa da Alexandra, Pereiro, Serra do Periquito, Área de Retomada, Santa Rosa e Tear –, com uma população de aproximadamente 2.800 indígenas nos municípios de Ibimirim, Inajá e Floresta, no estado de Pernambuco, no semiárido brasileiro.

As terras do povo Kambiwá foram invadidas por grileiros. Principalmente nas áreas mais produtivas da comunidade, muitas famílias foram expulsas de suas terras para a instalação de atividades de monocultura e criação de gado. Com a organização comunitária e a força da ancestralidade, o povo Kambiwá tem retomado as suas terras e resgatado as suas tradições.

Depois da retomada, a comunidade está diante do intenso processo de desmatamento, com extinção de alguns animais e frutas que são parte da cultura alimentar do povo Kambiwá.

Frente a esses problemas, a educadora indígena Romana Kambiwá desenvolveu a pesquisa-ação **Devastação da caatinga e a extinção das espécies frutíferas no território Kambiwá**, como atividade do Curso de Formação Autogestionária de Educadores e Educadoras Populares, promovido pelo CFES–NE.

É da voz forte de Romana Kambiwá, junto a outras mulheres de várias aldeias, que se inicia o processo de visita à casa das pessoas mais velhas da comunidade, com a intenção de identificar no território as diversas plantas frutíferas em risco de extinção. Visando ampliar o debate sobre o tema, Romana buscou o envolvimento da escola da aldeia, atraindo suas colegas professoras para a produção de um projeto didático sobre educação ambiental para ser desenvolvido de forma interdisciplinar com as e os estudantes das turmas do 8º e 9º anos do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio, com atividades em sala de aula e de campo. É da roda de conversa que lideranças indígenas,

junto com as jovens e os jovens da Escola Indígena Pedro Ferreira de Queiroz, partem para o trabalho de identificação do cajueiro, do umbuzeiro, do muricizeiro e do coqueiro Ouricuri como espécies a serem pesquisadas e para fazer o mapeamento dessas árvores no território.

O jeito como a vivência foi realizada possibilitou a integração de vários sujeitos das aldeias. A presença das pessoas mais velhas foi determinante no processo de identificação das plantas e de contação da história e da memória do povo Kambiwá. A participação de jovens e mulheres é um dos sinais da intensa mobilização para a permanência e o cuidado com o território.

Foi na visita aos quintais de 100 famílias Kambiwá que o grupo encontrou todo um chão de diversidade e cuidados, onde se compartilhava do resguardo das espécies à segurança alimentar como uma das formas de garantir a continuidade e permanência no território. É do fundo do quintal que se recomeçam o cuidado com a casa comum, o resgate dos laços com a natureza e a recuperação e reflorestamento da caatinga enquanto necessidade para a existência das famílias Kambiwá.

O desmatamento e a extinção da biodiversidade do povo Kambiwá são fruto das ações devastadoras de fazendeiros que, no saque e na privatização do território, dão continuidade à ação colonialista de expulsar e perseguir os povos originários.

O cuidado que o povo Kambiwá vem tendo com os quintais produtivos faz parte do saber ancestral da comunidade e da ligação que esta tem com os encantados, com a força da Jurema. Esses são sinais que precisam ser ativados como medidas para a superação de uma visão de mundo eurocêntrica e racionalista, que separa a relação de mulheres e homens com a natureza.

O quintal produtivo das famílias do povo Kambiwá tem outros sentidos e outro lugar na retomada da terra comum. O território e os espaços sagrados foram violados no seu direito de existir, e é na esperança comunitária que é possível recuperar esses espaços.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

Devastação da caatinga e extinção de espécies frutíferas no território Kambiwá

ROMANA KAMBIWÁ

O território Kambiwá compreende uma área de 31.495 hectares, onde se observam processos de degradação da caatinga, com espécies da fauna e flora em perigo de extinção. Este território ocupa áreas dos municípios de Inajá, Ibimirim e Floresta, no estado de Pernambuco, e sua população está distribuída em oito aldeias, a saber: Baixa da Alexandra (Aldeia sede), Pereiro, Serra do Periquito, Tear, Santa Rosa, Área de Retomada, Ingá e Nazário. A pesquisa-ação foi realizada nesta última e é lá que reside a pesquisadora deste estudo.

A pesquisa reuniu inicialmente um grupo de 30 mulheres para discutir sobre a problemática da devastação das plantas frutíferas no território, considerando que a defesa do meio ambiente tem boa aceitação na comunidade. Visando ampliar o debate sobre o tema, buscou-se o envolvimento da escola da aldeia, atraindo professoras. Com essas colegas, produziu-se um projeto didático sobre educação ambiental para ser desenvolvido de forma interdisciplinar com as e os estudantes das turmas do 8º e 9º anos do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio, com atividades em sala de aula e de campo.

Em respeito à tradição indígena, a pesquisa-ação escutou as pessoas mais velhas do povo Kambiwá. A partir dessas conversas, foram selecionados o cajueiro, o umbuzeiro, o muricizeiro e o coqueiro Ouricuri como espécies a serem pesquisadas. Assim, a pesquisa realizou o mapeamento dessas espécies no

território. Este trabalho contou com a participação de homens e mulheres indígenas das aldeias Nazário, Pereiro e Serra do Periquito, sendo que a pesquisa de campo, nestas comunidades, foi realizada com o apoio dos e das estudantes das séries da escola citada.

Durante o mapeamento das espécies escolhidas, foram realizadas, com a colaboração dos e das estudantes, visitas aos quintais das casas na Aldeia Nazário, visando compará-las com as espécies preservadas nas terras comuns.

A pesquisa também realizou uma oficina com mulheres das aldeias Nazário, Serra do Periquito e Baixa da Alexandra sobre a devastação e a extinção das plantas frutíferas no território. Foram discutidos, a partir da construção de um mapa/painel coletivo, o processo de degradação ambiental e suas implicações para o povo Kambiwá, bem como o melhor aproveitamento das frutas para o autoconsumo e seu beneficiamento para a comercialização.

Durante a pesquisa, a aldeia Nazário recebeu a visita de representantes da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), que contribuíram com a distribuição de sementes de umbuzeiro, visando estimular a preservação da espécie na região.

A pesquisa-ação mostrou o empenho dos homens e mulheres que nela se envolveram. Ao final do processo, os e as participantes mostraram-se mais sensibilizados e sensibilizadas para enfrentar o cenário de devastação ambiental, pondo em prática novas atitudes, como a preservação dos quintais e das espécies nativas que povoam o território Kambiwá. Além disso, a pesquisa gerou um novo conhecimento a partir do resgate da memória e da incorporação do tema na escola da Aldeia.



***A afirmação da
identidade e do
afropertencimento
contra a lógica
colonial da
propriedade privada***

*Eu fui marcado pela pedra da
memória, eu fui marcado pela perca
da memória, pelo Pai, Senhor dos
mestres, pelo Pai, Senhor da glória.*

CÂNTICO DO TAMBOR DE MINA – CASA FANTI ASHANTI

A comunidade quilombola do Santo Antônio dos Sardinhas, no Maranhão, tem sua origem no declínio e desagregação das fazendas de algodão da região, no final do século XIX. Com a desvalorização deste produto, muitos proprietários foram embora, abandonando os cultivos, transferindo ou doando as terras. É o caso deste Quilombo que recebeu as terras do antigo proprietário que tinha um filho chamado Negro Gerson, que foi beneficiado pela Lei do Ventre Livre, e quando da crise do algodão pediu a doação das terras ao seu pai biológico e começou a comunidade.

É com o toque do tambor de crioula e do terecô que as educadoras populares Fernanda Soares e Santana Freire partilham o caminho pedagógico tomado pela pesquisa-ação **Associação de Mulheres Remanescentes do Quilombo do Santo Antônio dos Sardinhas**, no sentido de contribuir para a **escrevivência** do Quilombo. Compartilhar os significados e expressões da construção do mapa da memória da comunidade nos possibilita perceber o quanto ainda é necessário desfazer as linhas de “poder imaginário” dos mapas coloniais, das capitânicas hereditárias que têm sua nova forma nos grandes empreendimentos e obras que impactam a vida em comunidade. Mario Rodriguez Ibáñez apresenta essas provocações no livro *Ressignificando a cidade colonial e extrativista: bem viver a partir de contextos urbanos*, publicado em 2016.

É nos traços e cores do quilombo que os demarcadores de africanidade têm sido construção permanente em espaços coletivos e indivisíveis, nos quais as relações são orientadas pelo princípio da solidariedade e da ajuda coletiva. Faz parte dessa ação pedagógica a construção de oficinas de beleza negra, ação necessária para a autoestima das mulheres negras quilombolas na sua luta cotidiana por dignidade e respeito.

As ações desenvolvidas pelas educadoras são reflexo de uma percepção atenta à realidade, à vida comunitária pela defesa do território, às lutas no combate ao racismo e aos processos de invisibilidade. É no silêncio do não dito nas pausas da memória que se revela o processo contínuo de adoecimento coletivo das comunidades negras quilombolas, devido às suas trajetórias de vida serem marcadas pela perseguição à ancestralidade negra e às religiões de matriz africana, à defesa do território coletivo, que vai na contramão da propriedade privada.

Essas questões foram muito bem expostas no processo de construção das oficinas e rodas de conversa. No contato entre diferentes gerações de uma mesma história o pertencimento e a identidade negra foram valorizados e reivindicados.

É tradição entre as comunidades negras estar em roda, ver o outro, olhar no olho do outro e estar ao seu lado. É percebendo o movimento do corpo que se sente a energia e disposição para a resistência. Aprendemos com o samba, a capoeira, o candomblé, o tambor de mina e o terecô a nos perceber enquanto sujeitos da ação do reinventar-se, do reescrever a própria história. A roda de conversa realizada no quilombo possibilitou recuperar muitas falas. Memórias foram ativadas e transmitidas entre sujeitos de diferentes momentos históricos.

A comunidade tem denunciado, enquanto preocupação, a ausência de práticas de identidade e cultura negra em razão da influência de religiões neopentecostais, da saída dos jovens e das jovens para a cidade, das jornadas de evangelização e da presença de agentes externos. As situações relatadas têm afetado diretamente a comunidade no seu processo de defesa e promoção da cultura negra, por isso é necessário sempre olhar tais questões de forma crítica, pois temos consciência do papel das religiões nos processos de negação ou afirmação das identidades étnicas e raciais.

Uma das principais preocupações da pesquisa-ação está relacionada à questão da identidade. A estrutura colonial buscou garantir, de todas as formas, a instalação segura do regime e da religião católica como partes essenciais do projeto de dominação e, por isso, tem sido tarefa nossa, enquanto militantes educadoras/es, contribuir para desconstruir a colonialidade do saber. É recuperando a memória coletiva que podemos afirmar a nossa identidade.

Nos longos passos de silêncio aprendemos com os nossos ancestrais que a vida é uma dança, que é preciso força e leveza no passo a passo. Assim tem sido a nossa luta na busca por reconhecimento e justiça. O fortalecimento da identidade étnica e cultural do quilombo do Santo Antônio dos Sardinhas ganhou força no processo de reconstrução coletiva de sua história, dos seus trajetos e dos demarcadores de africanidade existentes na comunidade.

A narrativa dessa experiência nos possibilita pensar em processos continuados de reescrita, de socialização e de possibilidade de fala, pois muitas das comunidades negras quilombolas ainda vivenciam o roubo da fala no seu cotidiano.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

O quilombo Santo Antônio dos Sardinhas

SANTANA FREIRE E
FERNANDA SOARES

A pesquisa-ação feita em Santo Antônio dos Sardinhas, comunidade quilombola no município de Lima Campos – MA, foi de bastante aprendizado e troca de experiências. Realizamos atividades como oficinas de formação e rodas temáticas de conversa, que tiveram a participação de homens, mulheres, jovens e crianças. Com o tema identidade étnica e cultural, proporcionamos um resgate da história das e dos quilombolas da comunidade.

Por meio da construção de uma cartografia social com essa comunidade, conseguimos realizar o resgate histórico do quilombo. Os e as quilombolas perderam metade de suas terras e ainda hoje se sentem reféns dos fazendeiros, que fazem de tudo para que sejam submissos e submissas. O índice elevado de analfabetismo entre os e as quilombolas contribui com o desconhecimento de seus direitos.

Percebemos que os/as jovens estão perdendo o interesse em manter seus costumes por influência de outras culturas, que se infiltram através dos meios de comunicação e de pessoas que vêm de outras localidades. São poucos os e as jovens que querem vivenciar a religião e as danças locais, como o tambor de crioula e o tambor de mina, práticas de matriz africana.

A pesquisa constatou, ainda, que as parteiras e benzedeiros estão desaparecendo. Nas atividades realizadas, percebemos a preocupação das idosas e

dos idosos em repassar seus saberes para as pessoas mais jovens, pois estas não veem interesse nos mesmos. É forte a presença do individualismo entre as famílias.

Mesmo com tudo isso, existe resistência, e encontramos muitos costumes bonitos, como a hospitalidade, o respeito com as pessoas e a natureza, a preservação das comidas típicas, das danças e da forma de cultuar seus santos. Encontramos também a força de vontade das mulheres quebradeiras de coco e lavradoras que, por meio do apoio de organizações como a Avesol, desenvolvem projetos de horticultura e criação de animais para geração de renda e qualidade de vida.



An aerial photograph of a lush green landscape, likely a rural area in Brazil. A winding river flows through the center of the image, surrounded by dense vegetation. In the lower right quadrant, a small settlement or village is visible, with several buildings and a road. The overall scene is vibrant and natural, with a mix of green and brown tones.

***Quilombo do Córrego
de Ubarana:***
entre as veredas da resistência

É nas veredas e caminhos do quilombo do Córrego de Ubaranas, no município de Aracati, litoral leste do Ceará, que somos convidados a conhecer a luta pela defesa e demarcação do território quilombola desta comunidade, apresentada por Francisco Claudeirton e Márcia Maria, que realizaram a pesquisa-ação **Memória e territorialidade da comunidade quilombola do Córrego de Ubaranas**.

No quilombo vivem aproximadamente 68 famílias, que se organizam na Associação dos Agricultores e Agricultoras Remanescentes de Quilombos do Córrego dos Ubaranas. A comunidade se originou após a falência das grandes fazendas de algodão e cana-de-açúcar nos engenhos de aguardente e rapadura, no final do século XIX.

Hoje a comunidade vivencia sérios conflitos com a especulação imobiliária, com os impactos do parque eólico que corta o território quilombola e com os viveiros de camarão que têm destruído o manguezal e a biodiversidade local. Além disso, outro conflito que a comunidade enfrenta no seu cotidiano é o uso intensivo de agrotóxicos pelos latifundiários e grandes empresas de criação de camarão, que envenenam as águas, frutas e hortaliças que os moradores e as moradoras consomem.

A ação dos fazendeiros da região tem impedido as famílias de cultivar roças e utilizar os meios naturais da comunidade, cercando áreas com a presença de seguranças. As mulheres quilombolas são as mais prejudicadas, pois perderam seus empregos nas casas dos fazendeiros com o início da luta pelo direito ao território quilombola. Eles lhes retiraram o direito à terra, à renda e à continuidade no território.

É nos passos de resistência e de rompimento com o silêncio da violência patriarcal e a tradição colonial da propriedade privada que somos motivadas e motivados a construir processos emancipatórios e libertários.

Essa experiência demonstra como a violência colonial tem tentado, de várias formas, eliminar a diversidade de expressões de vida dos povos e comunidades tradicionais. Uma das primeiras ações dos fazendeiros foi proibir o direito de plantar e colher, pois é na relação com a terra e com as águas que a comunidade tem garantido a sua permanência e continuidade.

A comunidade se vê hoje obrigada a trabalhar nas empresas de beneficiamento de caju e na carcinicultura. Muitas famílias foram proibidas de plantar no território e de pescar. São medidas adotadas pelos fazendeiros na tentativa de fazer com que a comunidade desista da sua luta.

Atualmente, há seis grandes empresas instaladas nas proximidades da comunidade. Elas têm poluído, destruído e mercantilizado o território, gerando vários impactos ambientais e sociais danosos. A ação dessas empresas nos territórios de povos e comunidades tradicionais demonstra o grau das injustiças socioambientais cometidas contra essas populações.

A comunidade tem se tornado zona de sacrifício para a expansão e consolidação do capital “neocolonial” degradante, tanto do ponto de vista da vida das pessoas, quanto das demais formas de vida existentes na natureza.

Mesmo com todo o cenário de alteração do modo de vida, a esperança do quilombo com a organização comunitária tem dado respostas às ações ofensivas dos fazendeiros e empresas multinacionais da região, articulando-se com o movimento quilombola em nível estadual e buscando se movimentar contra a colonialidade do poder público local.

É das veredas alternativas que nasce a primeira experiência de construir a memória coletiva da comunidade, de refazer os marcos da memória dos antepassados, de resgatar as danças e símbolos dos seus. No processo coletivo

de construção da pesquisa-ação, memórias e falas invisibilizadas e adormecidas foram convocadas a construir os seus próprios retratos.

É na construção e no resgate da memória que é possível sonhar e construir dias melhores. O processo de elaboração do mapa dos pontos de memória do quilombo tem possibilitado à comunidade reconstruir suas vozes e origem.

Uma das propostas dessa pesquisa-ação foi contribuir com o fortalecimento da identidade quilombola, ou seja, de um saber negro-centrado. Na busca das raízes comunitárias temos fortalecido processos amplos de debate no território. Essa pesquisa-ação teve, ainda, o sabor das mãos de muitas mulheres negras que têm buscado reescrever outra história.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

Memória e territorialidade da Comunidade Quilombola do Córrego de Ubaranas

**MÁRCIA MARIA RODRIGUES
DE FREITAS E FRANCISCO
CLAUDEIRTON DE PAULA**

A memória coletiva e ancestral desta comunidade é o principal demarcador de direitos. É o fator determinante direto do seu autorreconhecimento e a fonte utilizada como ponto de partida para conhecer/reconhecer o território quilombola do Córrego de Ubaranas, que está oficialmente situado na área rural do município de Aracati, litoral leste do Ceará, mesorregião do Jaguaribe. A principal reivindicação da comunidade, representada pela Associação dos Agricultores e Agricultoras Remanescentes de Quilombos do Córrego de Ubaranas, é a demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas. A negação do direito à terra afeta diretamente a reprodução cultural e social do quilombo.

A pesquisa-ação procurou investigar o território quilombola, os elementos materiais e imateriais que o identificavam, e como estes poderiam servir de apoio à luta da comunidade pela posse da terra. O estudo contou com a contribuição teórico-metodológica do CFES Nordeste, a partir dos ideais da educação popular, o método da pesquisa-ação e outros referenciais teóricos para a análise sobre a memória e os quilombos. A metodologia se apoiou em atividades/vivências que encontram na memória das pessoas mais velhas um instrumento de unidade e reconhecimento negrocêntrico para além da escravidão. Com

a narrativa elaborada pelo grupo nessas atividades foi construído o mapa da memória do quilombo, junto com as e os jovens e adolescentes.

No processo da pesquisa, revelaram-se dificuldades de falar e reconhecer que houve trabalho escravo no território, que nos trouxe a questão da negação histórica da escravidão e do colonialismo não apenas no município de Aracati, mas em todo o estado do Ceará. Assim, compreendemos como violência histórica o sequestro de vidas em função do trabalho escravo. Mas o povo afro-descendente resistiu no passado e continua resistindo no presente ao enfrentarem os conflitos socioambientais com as novas desterritorializações produzidas pela especulação imobiliária e pelo impacto dos parques eólicos, dentre outros problemas.

A pesquisa-ação proporcionou o fortalecimento da articulação da comunidade com o movimento quilombola do Ceará, favoreceu um processo de envolvimento com o movimento de economia solidária e possibilitou à pesquisadora e ao pesquisador um mergulho na realidade dos povos e comunidades tradicionais, o que é fundamental para a ação educativa transformadora.



***Desenhando-se nos
mapas da memória
coletiva e reconstruindo
a economia solidária
nos territórios dos
povos originários
e tradicionais do
nordeste brasileiro***

Foi na vivência e na socialização de saberes e sabores compartilhados durante o Curso de Formação Autogestionário de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária que foi possível o movimento da escuta atenta das lutas e especificidades dos povos originários e tradicionais do Nordeste.

O testemunho vivo desses povos tem possibilitado uma necessária releitura dos significados e expressões da economia solidária existente nesta região. É nas veredas, enquanto caminhos alternativos nos territórios, que aprendemos que a economia solidária da terra, das águas e das florestas acontece no cuidado, no diálogo, na resistência e nas jornadas permanentes de luta para garantir a existência.

Os olhos marejados de esperança e sonhos das e dos participantes das rodas de conversa fazem presente uma ordem de saberes que tem na cultura, nos encantados, nos sabores e no jeito de ser e fazer uma cosmovisão de economia solidária que acontece na integralidade entre povos originários e tradicionais, na expressão de múltiplas territorialidades. Essa experiência coletiva tem desafiado a hegemonia do capital e as suas práticas neoliberais de se relacionar com a terra, com as águas e florestas. Na posição de aprendizado e com o olhar atento, vamos descobrindo o Bem Viver que acontece nas bandas de cá.

Nossos pés e dedos tocaram territórios que estão passando por processos de retomada e autodemarcação frente às ações violentas dos projetos do capital na sua fase neoextrativista. Faz parte da luta de descolonização do saber dos povos e comunidades tradicionais o resgate da memória coletiva e da visibilidade dos marcos históricos, culturais e identitários, os processos de recuperação da fala coletiva e de demarcação e reconhecimento de direitos ancestrais em relação ao território.

É no movimento do autorretrato, dos processos de se desenhar e de mapear a territorialidade que a economia solidária acontece como parte do Bem Viver dos povos, pois a cosmovisão e cultura dessas comunidades são dirigidas e apontadas

contra o discurso hegemônico da política colonial desenvolvimentista. É preciso descolonizar o imaginário para compreender que os mapas são linhas e traços que estão a serviço do Estado colonial extrativista, enquanto discurso político elaborado para extrair as riquezas naturais, controlar e centralizar o poder.

As experiências de construção dos mapas da memória do povo Kambiwá, em Pernambuco, das comunidades remanescentes quilombolas de Santo Antônio dos Sardinhas, no Maranhão, e de Córrego de Ubaranas, no Ceará, têm demonstrado que as linhas traçadas revelam o rosto das lutas, dos processos de organização comunitária, das práticas religiosas e dos afetos por locais sagrados, e a necessidade de preservar os espaços como parte da resistência à colonialidade, ao desmatamento, à mercantilização e à privatização do território e dos bens comuns.

É do lugar de poder e fala dos mapas que se rompe com o silenciamento e com os ataques que visam apagar os marcos culturais dos povos e comunidades. É com os olhos nos símbolos que podemos percorrer as veredas que nos apontam os caminhos da economia solidária que acontece nesses territórios. É preciso entrar e perceber os quintais produtivos como espaços de garantia da permanência e da soberania alimentar das famílias nos seus processos de luta pelo território. É das áreas recuperadas do desmatamento que se garantem o alimento e a biodiversidade local. Essas são expressões de cuidado essenciais para o fortalecimento dos laços comunitários.

Os povos originários e comunidades tradicionais têm enfrentado vários conflitos socioambientais que têm afetado diretamente os seus modos de vida e a economia solidária em seus territórios. Esses conflitos são causados pelo atual modelo de produção desenvolvimentista, que se baseia no controle da natureza enquanto “recurso” econômico a ser superexplorado infinitamente, mercantilizado e exportado. O Estado tem mapeado as ditas “riquezas” naturais para colocá-las à disposição das

inciativas do capital financeiro. É preciso sempre fazer uma reflexão crítica e histórica para compreender o genocídio dos povos originários e do povo negro, vítimas do saque cotidiano aos seus territórios, às suas vidas e ancestralidades.

A economia solidária que acontece nos territórios dos povos e comunidades tem como princípio o cuidado compartilhado da terra, das águas, florestas e espaços sagrados. É na cosmovisão e no jeito de fazer e ser desses povos que se tem garantido nos seus espaços alimentos saudáveis, pescados de qualidade, biodiversidade e também a saúde coletiva. Essas relações estão em risco devido às práticas violentas associadas ao pensamento patriarcal, à propriedade privada da terra e à lógica extrativista e desenvolvimentista.

É nas diversas línguas dos povos originários e no “pretuguês” das comunidades quilombolas, como afirma Lélia Gonzalez, no livro *Lugar de negro*, de 1982, que aprendemos que é preciso vivenciar as singularidades e resgatar os nossos pertencimentos e origens para superar a lógica dos modelos de consumo que tem gerado a ilusão de fazer parte dos espaços por meio da compra, do consumo. O movimento é desafiado a se desenhar e caminhar entre as veredas alternativas do Bem Viver, que tem na economia solidária o seu rosto.

A nossa reaparição exige a linguagem e os gestos de mulheres e homens que têm buscado as suas línguas originárias e feito da vida uma continuidade de lutas por direito, respeito e dignidade. É preciso perceber os diversos rostos da economia solidária praticada nesses territórios. São modos de vida que se pautam na partilha, nas trocas e nos cuidados. O atual modelo de desenvolvimento tem buscado todos os mecanismos necessários para eliminar essas formas de vida que ameaçam o modelo individualista e consumista dessa sociedade. É das diversas cores e sertões do nosso Nordeste que precisamos falar para redesenhar a economia solidária que acontece para o Bem Viver.



Contrassaberes:

*O papel da educação popular
em economia solidária
na perspectiva dos povos
originários e comunidades
tradicionais do nordeste*

A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.

CONCEIÇÃO EVARISTO

É entre as veredas, enquanto caminhos alternativos, que os contrassaberes são construídos por povos e comunidades tradicionais para desconstruir a linguagem da história única, contada do ponto de vista e do lugar de poder do colonizador, que tentou e vem tentando, de todas as formas, definir os modos de vida e a cultura dos povos tradicionais e a maneira como devem interpretar o mundo e ser interpretados.

Os saberes dos povos e comunidades tradicionais vão na contramão do modelo de educação tecnicista e acrítica diante das questões sociais. As comunidades têm sido sujeitos históricos na reclassificação dos nomes coloniais impostos, dos símbolos, da religião e das relações. É na educação popular contextualizada dos povos indígenas e das comunidades quilombolas que as marcas de saber-poder estão sendo desconstruídas, desfeitas, para dar lugar à história e à resistência coletiva frente à violência, ao estupro e ao genocídio.

O diálogo de saberes apresentado nas pesquisas tem significados profundos como parte do processo constante de descolonização. Nas rodas de diálogo foi possível partilhar e reconstruir os processos comunitários; os mapas elaborados foram chaves e códigos para uma outra leitura do território, onde a preservação e recuperação de áreas florestais é parte da segurança alimentar ancestral de muitas comunidades.

Na escuta das trajetórias de vida e de lutas é possível a construção de consciência crítica e de processos libertários que apontam para outro projeto de sociedade e outra relação com os bens comuns. As linhas das pesquisas-ação apresentadas pelas educadoras e educadores demonstram que o cuidado se faz necessário para demarcar a participação atenta de todas e todos nos processos de autoformação.

Um dos desafios para o conjunto dos educadores e das educadoras populares em economia solidária é estar presentes, juntos, na construção permanente da *pedagogia da descolonização*. Os povos e as comunidades tradicionais têm criado vários espaços de partilha e leitura crítica em relação às violações de direitos humanos. As jornadas de luta nas cidades são uma das medidas adotadas pelos povos e comunidades tradicionais para ocupar os centros econômicos e políticos que têm afetado a vida nos territórios.

São muitos os retalhos dessa história que tem profundas ligações com toda a nossa América Latina, no sentido da construção de outro mundo possível, rumo à terra sem males. Devemos alimentar em nossas rodas de vivências e saberes que precisamos permanecer firmes, atentas e atentos às respostas libertárias que vêm dos povos e comunidades tradicionais.

É um dos nossos desafios enquanto educadoras e educadores populares em economia solidária motivar processos de escuta das vozes que vêm das águas, das florestas, dos quilombos, das aldeias, dos terreiros, dos becos, das vilas e favelas, pois estas são vozes silenciadas e criminalizadas pela ideologia colonialista da educação bancária, no sentido que fala Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido*, e que nos dão pistas para a construção de outra economia possível. Nesse processo, é preciso romper com a noção preconceituosa de que alguns falam certo e outros falam errado, pois é na fala que se revela a origem de classe.

Aprendemos nesse percurso que o movimento de economia solidária precisa pautar e denunciar as opressões como parte do processo pedagógico de desconstrução das violências e violações. Os saberes apontados aqui mostram um percurso que constantemente denuncia o colonialismo, o patriarcado e o racismo, aliados, inclusive, à intolerância religiosa, como parte do mesmo processo de dominação.

A nossa educação popular é contextualizada na vida e ação dos povos e comunidades tradicionais. É nesse sentido que a **escrevivência**, feita por muitas mãos e sentimentos, revela a necessidade de apontar caminhos críticos à hegemonia neoliberal das relações de consumo e da relação com a natureza. As denúncias à ideologia colonial devem ser feitas constantemente. Não estamos falando de coisa do passado, mas de questões que acontecem hoje, por meio do neoextrativismo que destrói a vida de povos e populações inteiras.

Iniciamos um percurso em comunhão com todas e todos que, de mãos dadas, em nossa América Latina, têm lutado pelo reconhecimento da “pluriversalidade” dos povos, desconstituindo, assim, os conceitos coloniais supostamente universais de nação e economia. Nossa luta é histórica e vem de longe. Hoje se faz necessário articular o debate da economia solidária com o Bem Viver, enquanto projeto político apontado pelos povos. Integramos essa ciranda com as vozes e os contrassaberes que vêm de diversas regiões do Nordeste brasileiro.

É no embalo das comunidades tradicionais e com os encantados dos povos originários que fazemos nossas opções pedagógicas, com base na partilha de saberes e na socialização das vivências no território. A economia solidária praticada no chão do Nordeste tem o gosto da luta de Canudos e a força de Palmares. Continuaremos a redesenhar nossos passos entre as veredas que nos levam ao Bem Viver e à economia solidária do cuidado com a casa comum e conosco.

Referências

- Alberto ACOSTA. “Extratativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição”. In: Miriam Lang; Gerhard Dilger; Jorge Pereira Neto (Orgs.). *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante Editora/Editora Autonomia Literária, 2016.
- Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2007.
- Davi KOPENAWA; Bruce ALBERT. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Conceição EVARISTO. “Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita”. 2005. *Blog EscreVivências*. Disponível em: <<http://nossaescrevivencia.blogspot.com.br/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.
- Henri ACSELRAD; André Dumans GUEDES; Laís Jabace MAIA. (Orgs.). *Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.
- Jean Pierre LEROY. *Mercado ou bens comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental*. Rio de Janeiro: FASE, 2016.
- Lélia GONZÁLEZ. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero Ltda., 1982.
- Luiza BAIROS. Discurso de posse do cargo de Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), no dia 01/01/2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/luiza-bairros-um-discurso-para-ser-lembrado-posse/#gs.FiaEabo>> Acesso em: março de 2017.
- Márcia Maria Rodrigues de FREITAS; Francisco CLAUDEIRTON. *Memória e territorialidade da comunidade Quilombola do Córrego de Ubaranas*. Relatório de pesquisa-ação/CFES-NE, 2016. (mimeo)

- Maria Santana FREIRE; Fernanda SOARES. *Associação de Mulheres Remanescentes do Quilombo do Santo Antônio dos Sardinhas, no Território da Cidadania do Município de Lima Campos – Maranhão*. Relatório de pesquisa-ação/CFES-NE, 2016. (mimeo)
- Mario Rodriguez IBÁÑEZ. *Ressignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos*. São Paulo: Elefante Editora, 2016.
- Maristella SVAMPA. “Extratativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?” In: Miriam Lang; Gerhard Dilger; Jorge Pereira Neto. (Orgs.). *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Editora Elefante/Editora Autonomia Literária, 2016.
- Paulo FREIRE. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Romana KAMBIWÁ. *Devastação da caatinga e a extinção das espécies frutíferas no território Kambiwá*. Relatório de pesquisa-ação/CFES-NE, 2016. (mimeo)

FONTE The Mix e Hernandez Niu
PAPEL Couché fosco 90 g/m²



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Nordeste

DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

SUBSECRETARIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D O R P E

